



CONTRATO nº 096/2023

Pelo presente instrumento, as partes abaixo designadas celebram o presente Contrato, mediante as seguintes declarações e cláusulas:

LICITAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação nº 053/2023, art. 25, inciso III da Lei nº 8.666/93.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 11950/2023

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.1601.2315.39

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO DE FREITAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro na Praça João Thiago dos Santos s/nº, Lauro de Freitas/BA, inscrita no CNPJ sob o Nº 13.927.819/0001-40, neste ato representado por sua Prefeita Sra. **Moema Isabel Passos Gramacho**.

CONTRATADA: VBB INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 12.691.998/0001-05, estabelecida na rua Genesis, Nº 110 A, Quadra 092 Lote 0166, CEP: 46.400-000, CENTRO, CAETÉ –BA, representado na forma do seu contrato social.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: Contratação da Empresa VBB INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS EIRELIS, CNPJ: 12.691.998/0001-05, representante exclusivo da Banda CUECA BRANCA, para a apresentação no dia 24 de Junho de 2023 na “MANIFESTAÇÃO CULTURAL CANGACEIROS DE IPITANGA no São João da Cidade de Lauro de Freitas - Bahia, com duração de 120 minutos.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DO CONTRATO: O presente Contrato terá vigência de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO: O presente Contrato tem o valor total de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - FORMA DE PAGAMENTO: A Administração Municipal pagará ao contratado o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), que deverá ser pago no valor total em até 10 dias após a apresentação. No valor estão inclusas todas as despesas com cachê artístico, transporte terrestre de equipamento, impostos, entre outros.

CLÁUSULA QUINTA – EXECUÇÃO:

5.1. Realizar-se-á no dia 24 de Junho de 2023 na cidade de Lauro de Freitas;

5.2. O show deverá iniciar no horário, sem atrasos, conforme será divulgado através da Programação Oficial (“MANIFESTAÇÃO CULTURAL CANGACEIROS DE IPITANGA”);

5.3. O show deverá ter duração de 120 (cento e vinte) minutos.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGACÕES DA CONTRATADA:

6.1. Apresentar toda documentação exigida pelos órgãos de fiscalização, necessária para a plena realização da apresentação;

6.2. Providenciar a apresentação do artista sem atrasos, no horário determinado, conforme a programação oficial do evento;

6.3. Comunicar à Administração Municipal qualquer anormalidade que interfira no bom andamento para o fornecimento dos serviços;

6.4. Responsabilizar-se pela emissão de Nota Fiscal de apresentação artística e envio de toda documentação solicitada;

6.5. Apresentar-se no dia para o qual foi selecionado, cumprindo todos os critérios, com todos os equipamentos em funcionamento;

6.6. Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação comprovadas no processo;



6.7. Providenciar pagamento das taxas de direitos autorais - ECAD.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGACÕES DA CONTRATANTE:

- 7.1. Acompanhar e fiscalizar a montagem de toda estrutura;
- 7.2. Providenciar carregadores que ficarão à disposição da equipe técnica no dia do evento para manuseio (carga e descarga) dos equipamentos;
- 7.3. Disponibilizar estrutura de palco, sonorização e iluminação conforme rider técnico exigido pelo artista, segurança e grades de contenção de público;
- 7.4. Disponibilizar camarins conforme necessidades solicitadas pelos mesmos (lista a ser enviada);
- 7.5. Efetuar o pagamento dos serviços recebidos na forma e condições ajustadas;
- 7.6. Acompanhar a montagem de toda estrutura.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO: A fiscalização do contrato será exercida pelo senhor Remerson de Jesus de Araújo Anastácio, matrícula nº 085091-8 (Fiscal de Contrato), conforme portaria nº 008, de 3 de julho de 2021, designado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES: A inexecução contratual, inclusive os atrasos não justificados no prazo de execução dos serviços poderão sujeitar a rescisão contratual, após o direito ao contraditório, à multa moratória de até 10% (dez por cento) do valor do serviço global contratado, devendo essa importância ser reduzida do valor a ser pago pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - RECONHECIMENTO: A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em operar a rescisão administrativa deste pacto, na forma da Lei no. 8.666/93, art. 77.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESCISÃO: Constitui motivo para a rescisão administrativa deste contrato, a infração a qualquer de suas cláusulas, ou a ocorrência das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei no. 8.666/93.


CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - LEGISLAÇÃO PERTINENTE: Este contrato é regido pela Lei nº. 8.666/93 e demais normas de direito administrativo pertinentes.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e validade jurídica na presença de duas testemunhas abaixo, elegendo o Foro de Lauro de Freitas como competente para decidir as questões oriundas deste pacto.

Lauro de Freitas, de Junho de 2023.



Município de Lauro de Freitas/BA – CONTRATANTE
Sra. Moema Isabel Passos Gramacho – Prefeita



Secretaria Municipal de Cultura e Turismo Sr. André Lu

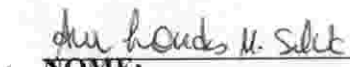
Documento assinado digitalmente



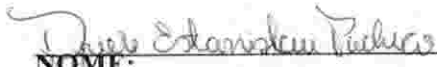
ROSENIL CARNEIRO DE OLIVEIRA FONSECA
Data: 22/06/2023 12:39:52-0300
Verifique em <https://validar.lti.gov.br>

**VBB INTERMEDIÇÃO E AGENCIAMENTO
DE SERVIÇOS EIRELI - CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:



NOME:
R.G. 0490595-53



NOME:
R.G. 91.374.082-60


Kívio Dias Barbosa Lopes
Procurador Geral
OAB/BA 14.833